

Trabalho Autónomo na escola: que autonomia e que trabalho⁽¹⁾?

(Pascal Paulus c/ equipa de formação TEIP)

Falamos de Trabalho Autónomo na Escola. Mas qual é o significado que atribuímos à primeira parte desta expressão? O que propomos? Trabalho Autónomo? Trabalho de Estudo Autónomo? Regulação autónomo do trabalho? Regulação participada do Estudo Autónomo?

Em que escola? Não querendo aqui abordar a escola nas dimensões de instituição ou de organização ⁽²⁾, refiro-me à forma escolar, isto é, ao conjunto de práticas, ou dito de outra maneira, à proposta pedagógica.

Trabalho autónomo

Que autonomia?

Autonomia significa a lei do próprio, no seu sentido etimológico (autós (próprio) + nómos (lei)). Não se propõe nem se pede às pessoas, com quem trabalhamos, fazer a sua própria lei e governar-se por ela, sem mais. O conceito é aqui utilizado num dos seus sentidos modernos: ter a liberdade moral ou intelectual, e não tanto no sentido filosófico, mas mais no sentido prático, falando mais propriamente dito da liberdade intelectual.

Que trabalho?

Coloca-se imediatamente uma nova questão: liberdade intelectual para o quê? Para se flagelar, para sofrer? Sabemos que a palavra “trabalho” tem a sua origem no latim “tripaliu”, um aparelho de três paus que era utilizado para dominar e imobilizar os cavalos para os ferrar, um aparelho de exercício de poder, portanto. Mais tarde, a palavra é vulgarizada e passa a significar um “instrumento de tortura”.

Para os escravos, desde os tempos mais remotos até hoje, esta extensão do significado da palavra trabalho não deverá levantar nenhuma estranheza, além de ser de difícil conciliação com o conceito de autonomia.

Na modernidade, entre as muitas definições de trabalho, encontramos dois que nos servem em relação com o local em que nos encontramos:

- conjunto das actividades humanas, manuais ou intelectuais, que visam a produtividade;

1 A partir do Texto “Trabalho Autónomo (TA)”, da Equipa de formação do projecto “Projecto de formação-investigação-acção dirigido aos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) visando a melhoria das aprendizagens e a educação para a cidadania “.

2 Canário, Rui (2006). *O que é a escola? Um olhar sociológico*. Porto: Porto Editora.

- maneira como alguém trabalha;

É assim possível relacionar os dois conceitos, de forma dialéctico, para que um reforça o outro. A liberdade intelectual permite o sujeito à organização do seu trabalho intelectual, que lhe dá liberdade intelectual para continuar a organizar o trabalho. Sabendo que o trabalho (também o trabalho intelectual) exige um esforço, podemos concordar que esta exigência é, muitas vezes, dolorosa. Aprender dói, mas terá que ser uma tortura?

E na escola?

O primeiro trabalho das crianças consiste em apropriar-se de um conjunto de saberes e em desenvolver habilidades, muitas das quais não passam pela escola. Aprender a andar e aprender a sua língua materna são disso dois importantes exemplos. A maneira de executar estas tarefas difere de criança para criança, o esforço é também diferente. A psicologia do desenvolvimento indica que os estímulos exteriores inscritos na relação que as crianças estabelecem com o meio contribuem para a eficácia destas aprendizagens.

Lembramo-nos que a escola – *scholé* para onde o pedagogo leva o jovem – é, na sua origem, um local de estudo e de descanso. O trabalho intelectual é um trabalho de aprendizagem pela reflexão, privilégio para quem tinha direito ao ócio. Não é bem como a escola obrigatória da modernidade.

É possível dizer que a escola básica dos tempos modernos, pública, obrigatória e massificada, anuncia dois grandes objectivos:

- formação para a cidadania;
- ensino de um conjunto de saberes.

O segundo grande objectivo não é mais do que a explicitação do primeiro. Os saberes que se queira que as crianças adquiram são aqueles necessários para que elas possam funcionar como cidadãos minimamente competentes, trabalhando e contribuindo na sociedade da qual faz parte, mas sujeitas a uma ordem social estabelecida.

Genericamente, a aprendizagem da criança é resultado de uma relação que ela estabelece com as pessoas em torno dela, que, pela via da educação, procuram estimular (e influenciar) a sua formação como pessoas, a sua socialização.

O Philippe Meirieu propõe a este respeito o princípio da educabilidade, com dois enunciados, em oposição:

1. qualquer sujeito tem a capacidade de aprender e crescer;
2. ninguém pode impor (obrigar) seja quem for a aprender e crescer;

Só considera o ponto (1) leva rapidamente a actos de adestrar e de dominação. É o ponto (2) que explica a inoperacionalidade da escola da imposição, nas múltiplas situ-

ações em que não existe uma relação entre educador e educando em torno de um objecto de aprendizagem.

Daí que, segundo este investigador, o trabalho do pedagogo consiste em proporcionar um equilíbrio entre as duas partes do princípio da educabilidade. Limitar-se a decretar o que é preciso aprender não serve. Enunciar os objectos de aprendizagem possibilita a aprendizagem, desde que acompanhado por um conjunto de instrumentos para que o outro possa crescer e aprender *por si mesmo*.

O sentido do trabalho

No texto sobre o “*Trabalho Autónomo*”⁽³⁾, a equipa escreve:

A receptividade dos alunos é essencial, “é necessário que as tarefas tenham o grau adequado de dificuldade para serem e permanecerem motivadoras: as tarefas que são demasiado fáceis tornam-se aborrecidas, as tarefas que são demasiado difíceis provocam frustração”⁽⁴⁾.

Dito de outra maneira, o trabalho intelectual tem que ter um sentido claro para cada uma das crianças. Quando existe da parte do adulto, quem acompanha a criança, a percepção da zona de desenvolvimento proximal (Vigotsky), a organização de propostas de actividades motivadoras, em função do processo de aprendizagem da criança, torna-se possível. Estas propostas vão ao encontro da afirmação do Philippe Meirieu.

Imprime-se o sentido temporal do trabalho, necessário para a relação com o saber⁽⁵⁾.

O sentido relacional com o trabalho

Na escola existe uma proposta formal de aprendizagem, em que a esfera pública (sociedade, cultura) se interlaça com a esfera privada da criança. A relação adulto – crianças transforma-se normalmente numa relação professor-alunos. Logo, o empenhamento na tarefa depende do aluno e do professor, neste jogo duplo entre a capacidade de aprender e crescer e a impossibilidade de ser forçado à aprendizagem.

A tarefa do professor, que consiste em facilitar a aprendizagem, obriga-o a recorrer a estratégias e instrumentos variados, não só em função da aprendizagem colectiva que queira provocar, como também em função da relação privado-público que cada criança constrói na turma em que está integrada.

É o sentido, fruto do desejo, que condiciona a relação com o saber e definirá o trabalho (maneira como cada um trabalha).

3 Ver nota (1)

4 Tomlinson, C; Allan S, *Liderar projectos de diferenciação pedagógica*, ASA

5 Charlot, Bernard (1997), *Du rapport au savoir*. Paris: Antropos

O que significa diferenciação?

Voltando ao texto *“Trabalho Autónomo”*⁽⁶⁾, lemos:

“Porque a aprendizagem é uma tarefa complexa, nem todos os alunos possuem no mesmo momento o conhecimento que lhes permite interpretar, e agir, sobre as tarefas propostas no quotidiano. Assim é necessário criar condições e formas de trabalhar que tenham em conta estas inevitáveis diferenças individuais.”

As diferenças existem quando se aceita a turma como grupo de sujeitos, que se relacionam com o saber, cada um por si e cada um pela sua maneira.

A tensão, existente no princípio da educabilidade de que Meirieu fala, está então fortemente condicionada pela tensão entre a esfera privada (do sujeito) e a esfera pública (a turma, repositora da cultura, da língua, das regras, dos valores existentes na sociedade na qual a escola, como organização, inclui esta mesma turma). Só a diferenciação permite trabalhar sobre esta tensão, porque ela tem necessariamente um carácter individual para o lado da esfera privada.

Regulação da actividade intelectual na Turma.

A actividade intelectual na turma organiza-se em dois planos. Existe, por um lado, um trabalho colectivo que possibilita a aprendizagem para se tornar cidadão da sociedade na qual o sujeito se inscreve, e, por outro lado, existe uma forma de trabalhar que condiciona esta aprendizagem.

No texto *“Trabalho Autónomo”* insiste-se sobre a necessidade de *“proporcionar aos alunos tarefas diferenciadas e apoiar de modo diferente o conjunto dos alunos de uma turma. Podem ser propostas tarefas cada vez mais complexas, orientadas para o desenvolvimento de competências”*.

Esta proposta ajuda as crianças a dar um sentido temporal ao trabalho, desde que cada uma saiba qual é o ponto de partida e qual é o ponto de chegada. Ajuda-se cada uma das crianças na organização do seu próprio trabalho e do seu próprio estudo, neste decurso temporal. É o que poderemos definir como Trabalho Autónomo e Trabalho de Estudo Autónomo. Facilita a promoção da liberdade intelectual para se organizar em função de uma encomenda externa.

Considero a proposta anterior como o grau zero na promoção do Trabalho Autónomo na sala de aula. Parto da ideia que, ao implementar a estratégia, o professor, pouco a pouco, muda a sua relação com a aprendizagem dos alunos. As discussões entre pares, como temos verificado em Vialonga, abre caminho para uma reflexão permanente acerca da organização das actividades do professor e dos alunos como permite

6 Ver nota (1).

um adulto cada vez mais o mediador das relações complexas e cruzadas entre os sujeitos e entre os sujeitos e o saber.

A partir da *“organização do tempo dividido entre o tempo do aluno, em que ele tem de trabalhar na escola (TA) e o tempo do professor.”*⁽⁷⁾ sugiro a introdução de, pelo menos, mais dois tempos: o tempo de regulação e o tempo das comunicações.

O tempo da regulação (assembleia ou conselho de turma) permite envolver cada um dos sujeitos da turma no melhoramento dos instrumentos de pilotagem da turma (plano individual de trabalho, planificação colectiva, “follow-up” do programa nas várias disciplinas, definição e pilotagem dos projectos de trabalho transdisciplinares inscritos na área disciplinar não curricular, etc.) O tempo de regulação possibilita incluir momentos de reflexão dos alunos acerca da sua aprendizagem, combinando o plano individual de trabalho com um portefólio selectivo, por exemplo, em que cada uma das crianças vai guardando o que considera mais significativo, convidando-a a explicitar o porquê.

O tempo de comunicações permite dar sentido social às aprendizagens. Cabem aqui as apresentações de trabalhos colectivos, individuais ou a pares, apresentadas a quem não participou na execução do projecto, da investigação ou da pesquisa.

A gestão destes vários tempos obriga obviamente a repensar o horário da turma. Não significa nenhum acrescento horário, significa um olhar diferente para os tempos disciplinares⁽⁸⁾. Ela permite um plano colectivo que se desdobra acompanhado de planos individuais de trabalho, interrelacionados pelas próprias relações de trabalho por sua vez provocadas pela actividade intelectual desenvolvida na turma. Estes planos individuais passam a contemplar tanto as actividades que obrigam a negociar tempos de pesquisa, investigação ou desenvolvimento de projectos, como tempos de trabalho de estudo autónomo, sempre que desejado ou desejável, em pequeno grupo ou a pares.

A articulação do plano colectivo com os planos individuais permite também a supervisão do(s) adulto(s) envolvidos, como professor (no tempo de professor) ou como tutor (caso se justifica). Permite também uma regulação colectiva e individual da reflexão acerca da aprendizagem.

O espaço-tempo assim criado, dá sentido ao trabalho em sala. Facilita a relação com o saber de cada um dos sujeitos da turma. Facilita a possibilidade de crescer e aprender e possibilita a gestão autónoma, supervisionada, do trabalho intelectual que implica.

7 Texto Trabalho Autónomo, ver nota (1)

8 No fundo valoriza ainda mais a organização dos tempos transversais inscritos nas áreas curriculares não disciplinares.